

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA  
FACULDADE AMADEUS - FAMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**LÍVIA DE CARVALHO SANTOS**

**REFLEXÕES SOBREA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA DE CRIANÇAS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS BILÍNGUE**

**Aracaju – SE  
2020**

**LÍVIA DE CARVALHO SANTOS**

**REFLEXÕES SOBREA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA DE CRIANÇAS  
DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS BILÍNGUE**

Monografia apresentada à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. M.Sc. Eduardo de Andrade Gonçalves.

**Aracaju – SE  
2020**

# **REFLEXÕES SOBREA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ESCOLAS BILÍNGUE**

Monografia apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

**Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.**

Banca Examinadora

---

**Prof M.Sc. Eduardo de Andrade Gonçalves.** (Orientador)

---

**Prof. Esp.Williams Santos** (Coordenador)

---

**Prof<sup>a</sup>. M.Sc. Alda Valeria Melo de Carvalho** (Avaliador)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Auxiliadora Santos** (Avaliadora)

Aracaju  
2020

Dedico este trabalho, a todos que direta ou indiretamente, contribuíram de modo profícuo para sua concretização.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desse trabalho somente foi possível graças: a Deus, à minha família e à Faculdade Amadeus.

À Faculdade Amadeus que em função de sua estrutura organizacional, vem proporcionando para os alunos das diversas áreas do conhecimento, em diversos níveis, o contato com a conjuntura educacional do nosso Sergipe, quiçá do nosso país;

À minha família que foi o maior motivo da minha inspiração, para a conclusão do curso, José Luiz meu esposo, Meus filhos Hemilly, Isabelly, Gabriel e Gustavo.

Todas essas pessoas aqui citadas sempre me incentivaram, sorrindo sempre me levantaram, sendo pacientes e compreensivos com a mudança da minha rotina, tratando-me sempre com muito amor, atenção, principalmente nos meus momentos de fraquesa, me deram suporte para me ajudar, organizar e me amparar nos momentos mais difíceis ao longo dessa jornada.

A todos os professores da Faculdade Amadeus, que durante a realização desse trabalho demonstraram mais uma vez a preocupação com os alunos, ofertando qualidade e excelência no processo de ensino/aprendizagem, algo que sem dúvidas teve um diferencial na minha vida e na minha formação acadêmica.

Em especial aos professores, Prof. M.Sc Eduardo Gonçalves e Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Auxiliadora Santos, que foram pacientes e atenciosos, fazendo-me acreditar em meu potencial e que era possível.

Às professoras avaliadoras que se dedicaram a leitura do meu trabalho.

A todos aqui, deixo a minha eterna gratidão!

## RESUMO

A pesquisa abordada é de cunho bibliográfico e descritiva, inferindo-se discussões sobre a importância da escola bilíngue, trazendo argumentações que reforçam a importância da vivência da criança surda dentro do contexto bilíngue para fortalecer a formação da sua identidade pessoal. Desta forma, foi questionado sobre: como se desenvolve a construção da identidade surda de crianças da educação infantil em escolas bilíngue? Assim, o objetivo do trabalho refletir sobre a construção da identidade surda de crianças da educação infantil em escolas bilíngue. O trabalho em questão terá base em estudiosos como: Costa (2010), Skiliar (2017), Reis (2013) Strobel (2008), Gesueli (2006) e Goldfeld (2002). A partir das discussões estabelecidas, infere-se que é importante que a criança surda se desenvolva dentro das suas características próprias, em uma escola bilíngue, fortalecendo a construção da sua identidade pessoal, assegurando que o direito de aprendizagem, socialização e a comunicação sejam dentro da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, vinculados com o português escrito.

**Palavras- chaves:** Criança na Educação Infantil. Escola Bilíngue. Identidade Surda.

## ABSTRACT

The research in question is bibliographical and descriptive approach, addressing discussions on the importance of bilingual school, bringing arguments that reinforce the importance of the deaf child's experience within the bilingual context to strengthen the formation of their personal identity. Thus, it was asked about: how is the construction of the deaf identity of children in early childhood education developed in bilingual schools? Thus, the objective of the work is to reflect on the construction of the deaf identity of children in early childhood education in bilingual schools. The work in question will be based on scholars such as: Costa (2010), Skiliar (2017), Reis (2013) Strobel (2008), Gesueli (2006) and Goldfeld (2002). From the established discussions, it is inferred that it is important that the deaf child develops within his own characteristics, in a bilingual school, strengthening the construction of his personal identity, ensuring that the right to learn, socialize and communicate is within of the Brazilian Sign Language - LIBRAS, linked with written Portuguese.

**Keywords:** Child in Early Childhood Education. Bilingual school. Deaf People Identity

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 AS IDENTIDADES DOS SURDOS .....</b>	<b>9</b>
<b>3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 LIBRAS E O PROCESSO INCLUSIVO DE COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>4 AS NUANCES DAS LEIS DE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO BRASIL .....</b>	<b>16</b>
<b>5 A ESCOLA BILÍNGUE E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DOS SURDOS NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>20</b>
<b>5.1 EXEMPLOS DE ESCOLAS BILÍNGUES NO BRASIL .....</b>	<b>22</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando que existe um rótulo historicamente construído sobre a vivência que a criança surda deve passar ao ser inserida no meio educacional, deve-se entender que houve avanços nas conquistas que garantem que a criança surda tenha direito ao ensino, tanto na escola bilíngue quanto em escola de ensino inclusivo. Essa inserção proporciona a construção de conhecimentos relacionando novos hábitos, culturas e a vivência social que acaba favorecendo para a construção da identidade pessoal da criança, dentro de uma escola bilíngue.

Desta forma, percebo o quão importante é que o educando surdo, na Educação Infantil, possa desenvolver suas organizações sociais favorecendo os aspectos de aquisição de conteúdos direcionados pela escola, tudo dentro da linguagem que os convenha: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A vista disso é triste imaginar que em pleno século XXI ainda exista exclusão dentro das escolas e por esse motivo é importante introduzir argumentos que nos façam refletir como e de que forma a criança surda se comporta ao iniciar os anos letivos em uma escola, no qual ela não se identifique com os demais; algo que sempre deverá ser repensado.

Dentro deste contexto, passei a questionar: como se desenvolve a construção da identidade surda de crianças da educação infantil em escolas bilíngue?, o que me levou a resolver pesquisar mais especificamente. Assim, com base nessa minha inquietação, surgiu essa pesquisa que tem como tema “reflexões sobre a construção da identidade surda de crianças da educação infantil em escolas bilíngue”.

Parto do princípio, então, que o fator essencial para o desenvolvimento da criança surda é considerar que sua identidade deve ser construída desde a Educação Infantil, utilizando a Libras como primeira língua para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, bem como para a interação social. Deve, também, levar em consideração todo (conhecimento) já adquirido que a criança surda, já tenha, trabalhando suas peculiaridades para um reconhecimento íntegro da sua formação.

A proposta desse artigo é contribuir de forma social com informações que trabalhem a importância da escola bilíngue para criança surda, analisando contextos históricos sobre a cultura surda em resultado da identidade pessoal do sujeito surdo,

de tal forma esse olhar traga benefícios à criança dentro do processo de ensino/aprendizagem e sua formação social.

Desta maneira, essa pesquisa tem como objetivo: refletir sobre a construção da identidade surda de crianças da educação infantil em escolas bilíngue.

A pesquisa em questão é bibliográfica, descritiva, realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, revistas e artigos científicos. Isso permitiu ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre o assunto.

Posto isso, o trabalho em questão terá base, estudiosos como: Costa (2010), refletindo com olhar histórico sobre a conquista do espaço do surdo, o que deve ser considerado para ter uma visão sobre as relações políticas educacionais; Skiliar (2017), Reis (2013) que traz contexto contemporâneo bilíngue refletindo sobre as expressões do sujeito surdo e as relações no processo educacional, e como essas expressões se aproximam para o olhar de Strobel (2008), Gesueli (2006) e Goldfeld (2002), que descrevem e analisam como a cultura surda é tratada por conceitos criados pela imposição dominante, dialogando sobre a compreensão da aceitação da cultura surda entre os ouvintes, na construção da identidade de uma criança surda dentro da escola bilíngue.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. Em seu primeiro capítulo, apresenta uma síntese sobre o desenvolvimento dessa pesquisa. O segundo capítulo traz uma reflexão sobre os principais acontecimentos ao longo da história que o surdo precisou passar para ser reconhecido com um ser capaz de aprender.

O terceiro capítulo traz reflexões sobre as leis vinculadas ao reconhecimento da LIBRAS e a Escola Bilíngue. Em seguida, foi abordado a LIBRAS como um sistema linguístico espaço-visual que permite que o surdo se comunique, reforçando o processo inclusivo para uma boa socialização. No quinto capítulo explana a divisão das identidades surdas: a identidade transição, identidade flutuante, identidade híbrida, identidade intermediária e a identidade surda, demonstrando que todas são importantes e fazem parte do reconhecimento próprio de cada surdo, vinculado à cultura surda e a influência da cultura ouvinte. Por fim, as considerações finais trazem uma síntese do trabalho e algumas considerações com base na pesquisa realizada.

O presente trabalho mostrou avanços na legislação Brasileira no que se refere à educação e estão sendo cada vez mais pensados os interesses e a inclusão das pessoas surdas no meio educacional, levando-se em consideração toda a construção histórica para formação da cultura e da identidade das pessoas com surdez.

Por tanto, a partir das argumentações que defendem a vivência da criança surda dentro de uma escola bilíngue, presentes nesse trabalho, infere-se que o quão importante é que ela se desenvolva dentro das suas características próprias, fortalecendo a construção da identidade pessoal, possibilitando que seja inserida em um ambiente verdadeiramente inclusivo. Isso assegura que o direito de aprendizagem, socialização e a comunicação sejam desenvolvidos dentro da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, vinculado com o português escrito, reforçando, ainda mais, a importância da escola bilíngue para a formação educacional dos surdos como um todo.

## **2 AS IDENTIDADES DOS SURDOS**

A identidade de um sujeito é a característica onde o mesmo se reconheça e se identifique. Portanto, a identidade do surdo é estabelecida quando sua subjetividade é relacionada de forma natural, permitindo que se desenvolva dentro de uma linguagem e conseqüentemente, poderá se estabelecer e construir uma comunicação que seja viável.

A língua materna se desenvolve na criança desde a primeira infância com auxílio dos pais e dos meios de comunicação de forma auditiva, facilitando o processo de desenvolvimento da fala. Já algumas crianças surdas que convivem com pais ou familiares ouvintes enfrentam alguns entraves e acabam dependendo de uma intervenção mediadora para que possam se comunicar através da LIBRAS (FERNANDES; MOREIRA, 2014).

Sem auxílio da língua específica, os pais de crianças surdas e até mesmo essas crianças acabam construindo configurações gestuais próprias para poderem se comunicar. O que deve ser considerado é que se a LIBRAS for inserida com maior antecedência possível, proporcionará uma boa comunicação da criança surda se tornando um facilitador da sua aprendizagem, socialização e até da sua construção de identidade própria.

Então, observa-se que todo meio em que a criança surda convive terá influência direta no reconhecimento da sua identidade, mas o que diz respeito aos tipos de identidade surda pode ser muito complexo, pois, envolvem características específicas de cada pessoa. O que determina como surdo irá se reconhecer com cada tipo de identidade, de acordo com o meio a exemplo: a família, escola e se ele se socializa entre ouvintes ou entre surdos.

Mas por estarmos tratando de seres humanos sabe-se que as mudanças que ocorrem no comportamento acontecem de forma natural, e podem alterar características que influenciam diretamente na construção da identidade, com base em (GESUELI, 2006, s/p).

As identidades surdas são divididas e aqui se destacam cinco, que até o presente momento são consideradas como principais. Por isso, entendê-las e como identificar o surdo dentro de cada uma será parte integrante para compreender o seu desenvolvimento.

Características que diferenciam as identidades surdas<sup>1</sup>:

- Identidade de transição em que o surdo se identifica mais com a cultura surda, e deixa os costumes dos ouvintes;
- Identidade flutuante nessa o surdo demonstra rejeição a língua de sinais se reconhece mais com os ouvintes e geralmente ele oraliza;
- Identidade híbrida aqui o surdo nasceu ouvinte e perdeu a audição por algum motivo, então ele oraliza podendo utilizar tanto a língua materna que é o português ou a LIBRAS para se comunicar;
- Identidade incompleta nessa o surdo geralmente o surdo prefere estar em meio aos ouvintes e costuma fazer uma leitura labial, uso de aparelhos auditivos ou o uso gestos para se comunicar. Não consegue identificar como surdo, e enxerca a comunidade surda como inferior aos ouvintes, e acabam se isolando;
- Identidade surda ocorre quando o surdo se aceita completamente, e tem a Libras como sua língua materna, não tem interesse em ser oralizado, utiliza apenas a língua portuguesa para a leitura e escrita.

---

<sup>1</sup> Saber libras canal do Youtube, que disponibiliza vídeos com pessoas surdas com diferentes temáticas publicada em: 10/08/2020. SignumWeb. 5 tipos de identidade surda e a importância de conhecê-las. Youtube.

Todas essas identidades não podem ser consideradas inferiores umas das outras, mas sim, para que cada surdo se identifique com outros que possuam as mesmas características e possam se respeitar, destacando como e de que forma o surdo quer ser identificado.

Desta forma, o significado que a criança deve ter ao construir sua identidade se faz a partir de um propósito que ela se identifique dentro das suas especificidades, considerando que todo surdo não é igual, cada um possui suas particularidades, respeitando-os como seres humanos de direitos e deveres que devem ser sempre considerados.

Nesse sentido a formação da identidade de uma criança surda se torna mais efetiva com o uso da língua de sinais, mediada por professores surdos. Ou seja, a questão sobre a identidade deve ser observada com foco na formação de um sujeito que se reconheça que tenha suas semelhanças e suas diferenças relacionadas a um desenvolvimento no qual se enxergue dentro da sua própria cultura (GESUELI, 2006, s/p)

Tendo em vista que a identidade de um sujeito é estabelecida em contato com a cultura de um determinado grupo, a cultura surda é marcada por lutas e conquistas que garantem que seus direitos sejam compreendidos e respeitados.

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-o as com as suas percepções visuais que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p.24)

Com base nessa afirmação é necessário entender que a cultura surda garante que seus valores culturais sejam repassados, e pensar, nesse sentido, a cultura surda é essencial para o desenvolvimento da identidade de uma criança.

Lopes (2017) discute ainda, que o processo de identificação cultural deverá promover entendimento de que eles não são diferentes dos ouvintes, mas sim o processo de identificação cultural que promova condições que relacione as diferenças deslocando-os a se comunicar com os outros.

Deve-se entender que a cultura de cada sujeito está ligada diretamente a evolução da sua aprendizagem e que a socialização, inerente no processo, direciona os aspectos metodológicos para um bom aproveitamento durante a alfabetização, e considerar as dificuldades existentes tanto para as crianças ouvintes quanto para as crianças surdas se faz necessário.

Como resultado, Strobel (2008), no livro “As imagens do outro sobre a cultura surda”, relata que a cultura surda é abrangente, construída e reproduzida ao longo da história, se tornando imprescindível para a construção da identidade surda, que precisa ser representada pela comunidade surda.

### **3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO SURDO**

Para entendermos o contexto da inserção e a aceitação dos surdos no processo de aprendizagem, temos de compreender que a surdez é a perda total ou parcial da audição, e que os termos utilizados como: mudo, surdinho, mudinho, entre outros, que circularam por muito tempo não são corretos, mais sim, o termo surdo, por ser uma característica própria do inaudível, que se aceita e se reconhece como surdo.

Os surdos no Brasil e no mundo não tinham direitos e muitos não eram reconhecidos como seres humanos capazes de aprender. Com o avanço de estudos percebeu-se que eles poderiam ser condicionados a falar, achando que somente com essa prática poderia aprender novos conhecimentos, e, assim, essa prática chamada de oralização perdurou por muito tempo.

Na idade antiga os surdos eram considerados como seres não humanos, incapazes, de aprender, com base nas considerações de Aristóteles sobre os surdos, o qual salientava que se o sujeito não poderia falar ou raciocinar.

Contrapondo o pensamento de Aristóteles, Sócrates defendia que os surdos podiam, sim, se comunicar e essa comunicação entre eles se daria por gestos. Essas afirmações contribuíram para elaboração de propostas que só iriam ter reconhecimento após muitos séculos. Nesse meio tempo, os surdos eram sujeitos a isolamentos e denominação de seres sem almas e muitos foram mortos por apenas serem surdos (PORTALEDUCAÇÃO, S/D).

Na Idade Média, o surdo ainda era encarado como um ser não humano, posto que não pudesse aprender, porque não falava; era qualificado como desvairado. Quando foram adotados pela igreja, começou a elaboração de sinais oportunizando uma comunicação, desenvolvendo o alfabeto manual, permitindo que eles aprendessem a soletrar as palavras (COSTA, 2010).

Os aspectos sobre os surdos só começariam a mudar na idade moderna, a partir do século XVI com o monge espanhol Pedro Pance de León que foi considerado o primeiro educador de surdos no mundo. Seu método era focado na

oralização. Outro filósofo da mesma época foi o Juan Pablo Bonet, um padre espanhol que estudou e publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos em 1620. O livro aborda o alfabeto manual e a língua de sinais, embora seu método também fosse focado na oralização, tornando-se uma referência mundial para a educação dos surdos (PORTAL EDUCAÇÃO, S/D).

O século XVIII não pode passar despercebido, quando o Abade francês, Charles Michel de L'Épée, fundador da primeira escola para surdos do mundo, o Instituto Nacional de Paris de Jovens Surdos, em 1760, confirmava que os surdos tinham uma forma de se comunicar através de gestos e a língua de sinais, causando, desta forma, uma perda de força no método da oralização. Assim, a caminhada continuava a andar e ganhar reconhecimento na língua de sinais (ACADEMIA DE LIBRAS, S/D).

Com isso, houve uma corrida para desmistificar as titulações de serem aberrações, para a de um ser humano com possibilidades de aprendizagem, contudo, ainda não fora o suficiente para considerá-los normais dentro da sociedade.

Mas, o que se buscava era o reconhecimento de que os surdos, na verdade, eram pessoas intelectuais, com possibilidades cognitivas possíveis para uma aprendizagem como qualquer outro ser humano. Desta forma os avanços que o Instituto de Surdos de Paris teve sobre abordagens e metodologias gestualística concederam aos surdos a possibilidade de acompanhar instruções com maior clareza, considerando um ganho para expor suas ideias (COSTA, 2010).

É indiscutível que o percurso que o surdo teve que percorrer durante anos não pode ser colocado como algo irrelevante, pois, ainda perdura a luta sobre a aceitação de se manter entre os ouvintes como um ser humano normal, não tendo que se adequar as demandas que a sociedade considera padrão.

No Brasil, em 1855, o professor francês Édouard Huet, que também era surdo, contou com o apoio de Dom Pedro II para a fundação do Instituto Nacional da Educação de Surdos, o INES, fundado no Rio de Janeiro, utilizando como referência o método de gestos francês. Um grande avanço acontecia aqui no Brasil, visto que com a construção do INES os surdos começariam a ter direito a estudar e se comunicar com outras pessoas surdas.

Porém, em 1880, aconteceria o que se pode chamar de retrocesso no congresso de Milão, que reuniu pessoas do mundo todo para discutir sobre os

métodos de sinais e o oralismo. O evento recebeu várias pessoas, mas os surdos não puderam fazer parte dele, o que acabou prejudicando, posto que só as pessoas ouvintes pudessem opinar sobre os métodos, ou seja, não houve a voz de quem mais precisava. Por maioria dos votos ficou estabelecido que o método do oralismo fosse o melhor para aprendizagem.

Após esse congresso, somente às escondidas os surdos poderiam desenvolver suas características gestuais, sendo proibidos de se comunicar através de gestos, criando de forma secreta, associações onde se encontravam e se comunicavam, adquirindo atributos próprios e formando sua identidade pessoal. (CRISTIANO, 2017)

E, em 1960, quando William Stalker começou a comprovar, com base na sua pesquisa linguística, que as línguas orais não eram superiores à língua de sinais, provou a legitimidade desta. Assim, começou a retomada pelo processo da língua de sinais.

Vale salientar que o INES foi à primeira instituição no Brasil a dar oportunidade para a Libras como primeira língua e o português como segunda língua na modalidade escrita, possibilitando que os surdos aprendessem dentro da sua linguagem de origem, o que hoje é reconhecido como escola bilíngue para surdos.

Ainda, em dias atuais, percebe-se que os direitos surdos ainda precisam de um reconhecimento melhor, respeitando-se seu contexto histórico e a legislação atual no Brasil. Assim, a criança surda deve ser considerada e direcionada a um ambiente que lhe seja favorável à sua construção cognitiva, moral, cultural e social.

### **3.1 Libras e o processo inclusivo de comunicação**

LIBRAS é uma forma de linguagem que apresenta níveis linguísticos como a fonologia, morfologia, sintaxe e semântica, que usa sinais, tornando-a uma língua autêntica. Esses sinais se dão pelas configurações de mãos combinados com algum ponto do corpo ou no espaço. Ademais, modifica totalmente o sentido a depender de cada região. Como na língua portuguesa, a língua de sinais também possui gramática própria para compreendê-la e promover uma boa comunicação. (CRISTIANO, 2017).

No Brasil, utiliza-se a Libras “Língua Brasileira de Sinais” em um sistema linguístico, constituindo-se de formas desiguais das línguas orais auditivas,

compondo-se não apenas gestos, mas sim movimentos gestuais e expressões faciais capazes de fornecer troca de informações, tornando a socialização do sujeito surdo possível. (STROBEL, 2008)

Entretanto, temos de enfatizar que mesmo com o reconhecimento da LIBRAS sendo de fundamental importância para o desenvolvimento da criança surda, ainda existe uma exclusão para os alunos surdos na Educação Infantil ou em qualquer faixa etária que não receberam orientação, ou acesso a LIBRAS, porque sem saber se comunicar com outros surdos a socialização acaba sendo distante para o surdo e dos demais ao seu redor, ouvinte ou mesmo surdos.

Vale salientar que o decreto 7611/2011 que se refere sobre o atendimento educacional especializado, garante que a criança receba uma educação específica e voltada para uma atenção à inclusão dentro de escola regular. Esta lei reforça que a criança surda deve encontrar um espaço educacional que a permita se comunicar e se desenvolver dentro das próprias características.

O artigo 2º do decreto supracitado ressalta:

a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, s/p.)

Para Skiliar (2017) a inclusão dentro das escolas deve ser preparada com propostas políticas pedagógicas, desvendando o panorama existente da exclusão vivenciada na contemporaneidade, e o segmento que construa uma prática de contemplação sociocultural.

Existe um canal no YouTube<sup>2</sup> que aborda exatamente essa exclusão vivenciada em uma escola inclusiva, com falas de pessoas surdas que vivenciaram essa realidade, e em todas as falas eles deixam bem claro sobre as limitações que sofreram dentro da escola, falha nas comunicações com os ouvintes, no que lhe concerne falta de intérprete que dificultava mais ainda a aprendizagem, demonstrando o quanto a escola bilíngue poderia ter-lhes ajudado nesse processo.

De acordo com as pesquisas de Jesus (2016), a educação bilíngue para os surdos experimenta, adversidades políticas que incidem em escola bilíngue ou escola inclusiva, posto que essa inclusão embaraça a rotina e a forma de

---

<sup>2</sup> Canal Visurdo –Escola bilíngue ou inclusiva para os surdos? Este vídeo Andrei explicou a diferença da escola bilíngue e inclusiva. Por Andrei, 26 maio de 2018.

aprendizagem. Os alunos surdos, por serem poucos dentro da instituição escolar, perante a grande quantidade de alunos ouvintes, acabam com o ensino inclusivo dificultado.

Assim, a defesa é em prol de uma escola bilíngue que use Libras como língua oficial e o português como língua secundária com a formação de uma equipe escolar bilíngue, estruturada com materiais adequados que envolvam o contexto histórico da comunidade surda no currículo para a socialização e a aprendizagem significativa (DE JESUS; FERNANDES, 2017).

Da mesma forma, respeitando o ingresso da criança surda na Educação Infantil em uma escola bilíngue, que articule formas de interação cultural e social, junto com a aprendizagem, podem promover ao educador e o educando surdo uma conexão entre os conteúdos e a socialização, para que ocorra a aprendizagem de forma adequada.

Dentro dessa perspectiva, de acordo com Reis (2013), o professor deve ter entendimento íntegro na língua de sinais, mesmo que seja ouvinte, tornando a mediação entre o professor e o aluno surdo mais eficaz. Mas, afirma que se a criança surda em seu primeiro contato com a escola for direcionada para uma professora que seja surda possibilitará que a criança compartilhe suas características, determinando que sua primeira comunicação já a coloque em convívio com a cultura e a comunidade surda.

#### **4 AS NUANCES DAS LEIS DE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO BRASIL**

A educação brasileira ainda percorre um caminho longo em busca de uma educação de qualidade, respeitando os fatores culturais, sociais e políticos de cada instituição. A busca dessa melhoria vem sendo cada vez mais repensada no que diz respeito à educação para surdos, por isso, é necessário entender como as leis que vêm sendo implementadas se tornam importantes para que exista um avanço no que se refere à acessibilidade, inclusão e o direito a aprendizagem. No Brasil, a Lei Federal 10436/2002 (BRASIL, 2002) oficializa a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Bem como a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, deu força e estabilidade ao “ensino de Libras”, estabelecendo “normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL, 2000, s/p).

Para que a oferta de um ensino de qualidade fosse mantida, a lei abrangeu as regras para as esferas educacionais, considerando a necessidade de um professor, instrutor, habilitado, como descreve o art. 18, da mesma lei:

[...] O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. (BRASIL, 2000, s/p.).

Observa-se que a lei é bem clara sobre a oferta obrigatória de professores com formação profissional ou um tradutor intérprete de Libras para auxiliar o processo de aprendizagem dos alunos surdos.

Contudo, como salienta Oliveira (2012), em sua pesquisa<sup>3</sup>, existe uma necessidade, de fato, políticas públicas que ofereçam uma formação de qualidade continuada para professores em escolas de ensino regular, para que, dessa forma, os professores se sintam mais preparados e ofereçam uma aprendizagem mais adequada na Língua de Sinais.

Sabe-se que uma formação de qualidade dos professores para trabalhar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tanto em escolas regulares quanto em escolas bilíngues, é importante para um bom desenvolvimento da criança surda. Isso proporcionará uma formação cognitiva deste e uma harmonização social entre aluno e professor e entre os próprios alunos, mediada pela LIBRAS, a ser considerada como uma facilitadora desse processo, o que ajudará, também, na formação da sua identidade.

Mas, foi somente a lei 10.436, de 2002, que reconheceu a Libras como uma língua. Antes era só reconhecida como uma modalidade de linguagem que os surdos utilizavam para se comunicar.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, s/p.).

A partir do reconhecimento dessa lei toda comunidade surda se beneficiou, começando a garantir por direito à participação em instituições públicas

---

<sup>3</sup>Fabiana Barros Oliveira, em sua pesquisa disserta sobre as trajetórias e os desafios que os professores e intérpretes dentro de uma escola bilíngue e de ensino regular.

ou privadas, ao atendimento de forma adequada às pessoas com surdez, assim, permitindo o direito de comunicação e expressão dentro da sua língua materna.

Não obstante, a lei 10.098/2002 e a lei 10436/2000 não mostram detalhes ou abordam de forma clara o que a pessoa surda ou a pessoa com deficiência auditiva deve ter por direito no que diz respeito à educação.

Desta forma, a regulamentação dessas leis se dá a partir do decreto 5626/2005 que, em seu primeiro parágrafo já traz um conceito a ser destacado sobre a definição entre pessoa surda com perda total auditiva e que se comunique de caráter visual gestual através da LIBRAS, e deficiente áudio com perda bilateral, parcial ou total da audição a um determinado índice de decibéis.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005, s/p.)

Portanto, o decreto 5626/2005 reconhece a perda ou a ausência da audição, buscando a defesa na igualdade sobre o ensino, mesmo sabendo que se trata de uma minoria. A Língua Brasileira de Sinais ainda é recente, mas é reconhecida. Assim, podemos destacar o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual menciona no Art. 22:

[...] as instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: “I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2005, s/p.)”.

Vale destacar nesse decreto o reconhecimento que a Libras deve ser ofertada desde a Educação Infantil, não deixando a língua portuguesa de fora. Esta se torna a segunda língua e entra no contexto da escrita e não da língua oral.

O capítulo VI, art.14 paragrafo I, inciso II que diz:

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a Educação Infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos. (BRASIL, 2005, s/p.)

Desta forma, a inclusão da Libras como primeira língua favorece o desenvolvimento do aluno dentro das suas características, possibilitando que ocorra uma aprendizagem mais satisfatória. Porém, o que se percebe, em dias atuais, é que isso não ocorre em todas as escolas, o que é considerado uma transgressão à

lei, visto que é direito de toda criança ouvinte ou não de ter acesso às condições necessárias para o seu desenvolvimento educacional como um todo, como bem assegura Lacerda (2020) <sup>4</sup>.

Isso quer dizer que não é apenas matricular e colocar a criança surda na sala de aula considerada regular, mas dar condições para que ela possa manter uma construção sociocultural e um desenvolvimento de conhecimentos sem que se sinta excluída do grupo da qual faz parte.

O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, art.22, inciso I assevera:

[...] escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental; que confirma que toda a proposta de oferta de ensino para alunos surdos, em âmbito de escola bilíngue é um direito, que prepara o aluno surdo em suas séries iniciais, com suporte de reconhecimento de sua própria identidade, e irá prepara-los para os anos subsequentes. (BRASIL, 2005, s/p.).

Percebe-se, com isso, que o contexto da escola bilíngue é criar condições para que o aluno surdo se desenvolva usando sua língua oficial: Libras, amparando-o nas dificuldades que qualquer criança passa em cada faixa etária. As leis são propostas, cada vez mais com propósito de uma socialização mais justa.

Consequentemente, a criança surda na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental se desenvolve e constrói uma noção mais estável nas relações sociais, o que se torna um fator importante para a construção da sua identidade. Dito isso, o contexto bilíngue oferta aos alunos surdos uma possibilidade de conviver com os seus pares e se reconhecer entre os demais, garantindo o que lhe é por direito: a uma convivência dentro do espaço escolar e essa oportunidade o levará a se preparar para o futuro.

Em setembro de 2020, foi estabelecido o decreto nº10.502, que se pronuncia a favor de uma educação mais favorável para o acesso das pessoas com deficiência, promovendo uma equidade para o ingresso da criança em uma escola que seja especializada ou a escola bilíngue, estabelecendo que a criança desenvolva qualidade na comunicação linguística.

Entretanto, existem ainda muitas especulações que o rodeiam, principalmente no que diz sobre a educação especial, que prevê esta como uma

---

<sup>4</sup> LACERDA produziu uma LIVE abordando o novo decreto, voltado para o reconhecimento e a conquista do novo decreto de 2020.

educação de direito, acessível ao desenvolvimento de cada potencialidade (BRASIL/2020).

Observa-se que esse decreto é sim um avanço para as pessoas com deficiência, um olhar pelo aluno, colocando-se no lugar dele. Contudo, o processo de inclusão ainda é algo que precisa ser bem melhor organizado para que não ocorra um retrocesso junto às crianças que têm tido condições de se socializar dentro de um ensino inclusivo.

Vale salientar que Perlin e Strobel (2006, p. 61) nas considerações finais, em sua pesquisa “Fundamentos da educação de surdos”, chamam a atenção para o fato de que “o Brasil necessita perceber o sujeito surdo, como uma diferença linguística e cultural”, observando que todos da sociedade fazem parte da formação de uma pessoa, a escola precisa ser mais participativa voltada para um, e que o ambiente escolar que promova um currículo que seja provedor desse direito.

Mas, é importante ressaltar que, o poder público não está omissa, vem demonstrando preocupação com a educação das pessoas surdas, através das leis e decretos que são colocados em vigor. Não obstante, ainda há um longo caminho para enfrentar até que todos esses direitos discutidos anteriormente sejam, de fato, postos em prática com eficiência. Por isso, a luta constante da comunidade surda pelo reconhecimento da escola bilíngue e da inclusão.

## **5 A ESCOLA BILÍNGUE E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DOS SURDOS NO AMBIENTE ESCOLAR**

De acordo com Fernandes e Moreira (2009), o surdo é classificado como bilíngue por entender e operar às duas línguas reconhecidas no Brasil: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a língua Portuguesa, tendo base em concepções entenedoras específicas de papel fundamental para um bom convívio.

É importante salientar que a escola bilíngue oferta uma alfabetização em língua de sinais e considera que essa oferta se transforme em uma aprendizagem significativa para que os educandos surdos se tornem capazes de progredir sem discriminação.

Godfeld (1997), sustenta que as crianças ouvintes que estão na alfabetização recebem incentivos lúdicos através da audição, e não apresentam dificuldades nas normas da língua portuguesa. Por outro lado, as crianças surdas vivenciam outra realidade dentro da escola regular, sabendo que a sua linguagem se

caracteriza por ser gestual-visual existe a falta recurso visual e a falta de auxílio dentro da realidade em que está inserida, demonstrando que precisam de ajuda.

O processo de internalização dos conteúdos na Educação Infantil se dá através do lúdico e de materiais pedagógicos, que fazem com que a criança desenvolva suas ideias e os processos de internalização do abstrato para o concreto com maior facilidade. Mas, se os recursos forem limitados à criança surda perderá a qualidade na sua aprendizagem e na sua comunicação em aspecto cognitivo, social e cultura.

Conseqüentemente a luta da comunidade surda vem se destacando sobre a realidade que eles desejam alcançar para que a educação seja ofertada respeitando seus aspectos linguísticos.

Nesse contexto, vale ressaltar a afirmação de Campello e Rezende (2014):

Somos uma minoria linguística na luta pela preservação da língua de sinais e sua instituição como língua de instrução em nossa educação; não queremos a educação inclusiva como é preconizada, e muito menos a educação especial, queremos uma educação linguística, uma política linguística traçada pelo nosso "ser surdo". (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 88).

Portanto, a escola bilíngue vem para que os alunos surdos se sintam em um ambiente onde aconteça uma verdadeira inclusão, abordando metodologias e didáticas em LIBRAS, favorecendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, promovendo todo conhecimento a ser instruído por meio da primeira língua e com auxílio de profissionais qualificados.

A questão a respeito de que todos os surdos devem aprender a oralizar-se vem sendo modificada, demonstrando que mais importante do que o desenvolvimento dessa habilidade é apreender a se comunicar e se expressar usando a LIBRAS, possibilitando a alfabetização, dentro das suas possibilidades. Dentro dessa perspectiva, o bilinguismo vem apresentando essas possibilidades (GODIFELD, 1997).

Como assegura Fernandes (1998), o bilinguismo é uma recomendação de educação que envolve os surdos e os ouvintes, certificando que os métodos naturais de desenvolvimento de cada sujeito sejam considerados, e que exclusivamente as línguas de origem sejam prestigiadas de forma plena. A educação bilíngue deve ser considerada importante porque se trata de direito humano e, se tratando de uma

aprendizagem significativa necessita ser construída dentro uma malha de interações entre surdos e ouvintes. (SKLIAR, 2017)

O contexto bilíngue para Strobel (2009) é fundamentado em viabilizar um espaço localizado para os surdos vem sendo estudado por vários teóricos que procuram métodos para que haja uma dinâmica multicultural no processo de socialização escolar, valorizando o ensino e considerando seus valores culturais, utilizando os conteúdos relacionados com as práticas. A ligação entre teoria e a prática por si só já é um desafio e quando se trata da educação de pessoas com surdez, isso se torna mais complexo.

### **5.1 Exemplos de escolas bilíngues no Brasil**

A respeito do trabalho bilíngue, podem-se destacar duas escolas que apresentam propostas dentro do contexto de inserção da pessoa surda no cotidiano da escola buscando informações que permitam uma perspectiva dentro das qualidades e dos desafios que ela oferta.

Uma dessas escolas é a Escola Bilíngue Libras e Português Escrito de Taguatinga, Brasília–DF<sup>5</sup>, que é referência por trabalhar com instrução da LIBRAS de forma precoce para bebês e toda educação básica. Utilizando o mesmo currículo de uma escola regular, prepara seus alunos para que possam se desenvolver em caráter multicultural dentro da sua língua materna a LIBRAS, ofertando um apoio às famílias com cursos de LIBRAS.

Desta forma deve-se considerar que a criança surda que recebe uma estimulação precoce mediada por um professor que também seja surdo, possibilitará um reconhecimento da linguagem de forma mais significativa tendo em vista que o professor surdo repasse a linguagem de forma mais natural, sendo um fortalecedor para a construção da identidade surda.

Conforme Silveira (s/d) explica, a escola faz uma abordagem pedagógica voltada para os surdos com a proposta de que todos os alunos tenham uma melhor visão espacial. Para isso, suas carteiras são colocadas em formato de “U”, assim todos os alunos podem ter uma melhor visualização de todo ambiente utilizando auxílio de ferramentas digitais para melhorar o processo de assimilação.

---

<sup>5</sup> E-Notícias - **Escola Pública Bilíngue para surdos, em Taguatinga-DF, é referência no Brasil**. Youtube 21/08/2017 (Entrevista realizada com a diretora da escola; Maristela oliveira)

Por ser uma escola que foi criada em 2013, ainda há pouco conteúdo que a descreve com a importância real que ela tem na vida de cada aluno que passa por ela, porém, seus caminhos vêm mostrando tanto para os alunos surdos quanto para os profissionais e os familiares o motivo de ser referência<sup>6</sup> no Brasil, porque não busca que o aluno surdo só tenha acesso a novos conhecimentos, mas também tenha uma visão de mundo, reconhecendo-se, respeitando e se transformando em um sujeito empático dentro de um contexto social.

A outra é a Escola Municipal Vera Lúcia Aparecida de Ribeiro (EMEE), localizada em São Paulo, que também é uma referência no ensino bilíngue, trabalhando a LIBRAS como a primeira língua e o português escrito, com propostas pedagógicas semelhantes.

Em entrevista ao jornal G1<sup>7</sup>, uma das professoras relata que um dos desafios existentes é trabalhar a LIBRAS do início para crianças que já estão na alfabetização e tem que ser trabalhada primeiro para depois a apresentação do português escrito. Ou seja, se a LIBRAS fosse trabalhada de forma precoce a criança já chegaria com algumas informações o que se tornaria um facilitador para o aluno processar os conteúdos.

Na EMEE, também é ofertado o curso de LIBRAS para toda a comunidade, desta forma, os que fazem parte dela tem a possibilidade de acessar a LIBRAS sem custos, possibilitando que todos tenham acesso e se transforme em uma comunidade inclusiva para uma comunicação com os surdos.

Em síntese, percebe-se que ambas ofertam ensino bilíngue, reforçando a importância da língua materna dos surdos, o que irá permitir que exista uma inclusão real para todos, fazendo com que aluno surdo se reconheça entre outros alunos surdos e a equipe pedagógica. Toda essa dinâmica possibilitará que o aluno surdo possa compreender as suas relações possibilitando a identificação da sua legítima identidade.

Dentro dessa discussão Campello e Rezende (2014), em resultado no artigo que defendeu o ensino bilíngue para surdos, reconheceram a luta que existiu

---

<sup>6</sup> TV Supren - Escola Bilíngue de Taguatinga é referência no ensino para surdos, entrevista com a fala da Professora Hellen Andrade

<sup>7</sup> 'Diário de Escola': Alunos surdos aprendem libras e português em escola municipal bilíngue de SP Escola Municipal Vera Lúcia Aparecida de Ribeiro oferece curso para comunidade para promover a inclusão dos alunos. Por Glória Vanique, Bom Dia SP — São Paulo 02/10/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/educacao/noticia/2019/10/02/diario-de-escola-alunos-surdos-aprendem-libras-e-portugues-em-escola-municipal-bilíngue-de-sp.ghtml>. Acesso: 16/02/2020

no passado e deu força para o andamento na atual escola bilíngue, mas que essa luta ainda não cessou até que, de verdade, exista uma qualidade na educação linguística dentro das escolas.

Vale salientar que a escola bilíngue precisa continuar a ser defendida como um direito ao surdo na identidade linguística e, assim, a criança receberá uma oferta de ensino que seja justa e se sentirá em verdadeira inclusão, dando oportunidade para que o aluno seja de fato o maior produtor da sua comunicação e se reconheça como sujeito social.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2020, todos estão vivendo momentos completamente diferentes, devido á pandemia do Corona vírus “Covid-19”, provocando novas formas de se buscar conhecimentos. Desta forma, persisti em investigar uma temática que promovesse ao leitor deste trabalho uma leitura prazerosa, ao mesmo tempo, em que colaborasse para o meio acadêmico com informações que ampliassem e levassem à reflexão sobre os direitos da pessoa surda a educação. Diante disso, o objetivo da pesquisa foi compreender a importância da escola bilíngue para o desenvolvimento da identidade da criança surda na Educação Infantil.

Através das discussões realizadas nesse trabalho, percebe-se que historicamente o surdo vem conquistando o que lhe é por direito: a educação dentro de uma comunicação legítima: a LIBRAS. Nesse sentido, a escola bilíngue vem ofertando e mostrando diferencial para um processo de aprendizagem significativa e para a formação da identidade do sujeito, no qual a cultura está diretamente vinculada ao processo de formação da pessoa surda. Então, é desde a Educação Infantil que seus aspectos sociais precisam ser construídos a partir de contado com os seus semelhantes.

É importante que a criança surda desenvolva a sua identidade se reconhecendo como uma pessoa capaz, que não se sinta deficiente pela sua característica, mas que apenas tem uma forma diferente de se comunicar. A pesquisa mostrou que a surdez não é algo que torna o sujeito incapaz, mas é um aspecto que o diferencia dos ouvintes, que a cultura e as identidades surdas estão conectadas e, mesmo que a comunidade surda seja uma minoria, é uma minoria com direitos e deveres iguais a todos.

Entretanto, ainda existem poucas pesquisas que de fato mostre o quanto o contexto da escola bilíngue é importante para a formação da identidade surda, o que sugiro um aprofundamento maior nessa temática. Entender que a criança na Educação Infantil está em processo de formação e precisa que a sua cultura, sua identidade e a sua comunicação façam parte do seu dia a dia no meio educacional. Isso demonstra que o ambiente escolar deve estar preparado para que essa formação seja ofertada de maneira adequada, respeitando-se os direitos adquiridos por força da lei. Assim, novas pesquisas devem ser realizadas para corroborar com as já existentes.

Posto isso, percebo que a caminhada em respostas as minhas inquietações que envolvem a criança surda não cessaram com este trabalho e sigo na busca para demonstrar como a criança surda merece o respeito no que se refere a um espaço para a construção da sua identidade como sujeito social.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE LIBRAS. **História dos surdos no Brasil e no mundo**. s/d. Disponível em: <https://academiadelibras.com/blog/historia-dos-surdos/>. Acesso em: 12/08/2020

BLOG SIGNUMWEB. **5 tipos de identidade surda e a importância de conhecê-las**. Youtub. 21/01/2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=iw5dBv-G\\_9U](https://www.youtube.com/watch?v=iw5dBv-G_9U). Acesso em: 05/10/2020

BRASIL. **Decreto Nº 10.502**, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm). Acesso em: 28/10/2020

BRASIL. **Decreto Nº 7.611**, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 29/12/2020

BRASIL. **Decreto Nº 5.626**, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 22 de dez. De 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 29 maios 2020

BRASIL. **Lei 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília-DF: Palácio do planalto, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm). Acesso em: 10 de abril 2020

BRASIL. **Lei 10.048**, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília-DF: Palácio do planalto, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm). Acesso em: 10 de abril 2020

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, n. SPE-2, p. 71-92, 2014.

CANAL VISURDO. **Escola bilíngue ou inclusiva para os surdos?** Youtub. Por Andrei. 26/05/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MQPi6lYT-x0>. Acesso em: 14/10/2020

CANAL SABER LIBRAS. **Você conhece os tipos de IDENTIDADE SURDA?** Youtube. 10/08/2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yqNhDYhkO0M&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=yqNhDYhkO0M&feature=emb_logo). Acesso em: 05/10/2020

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade.** Campinas, SP: Editora Mercado de Letras, 2010.

CRISTIANO, Almir. **O que é libras?.** 17/05/2017. Disponível em: <https://www.libras.com.br/objetivos-do-site>. Acesso em: 06/05/2020

DE JESUS, Jefferson Diego; FERNANDES, Sueli. Educação bilíngue para surdos/as: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 3, p. 1628-1648, 2017.

FERNANDES, Eulalia; RIOS, Katia Regina. Educação com bilingüismo para crianças surdas. **Intercâmbio. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. ISSN 2237-759X**, v. 7, 1998.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Desdobramentos político-pedagógicos do bilinguismo para surdos: reflexões e encaminhamentos. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, 2009. CONFIRMAR SE FOI CITADO confirmado na pg 21

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, n. SPE-2, p. 51-69, 2014.

GESUELI, Zilda Maria. Língua (gem) e identidade: a surdez em questão. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 277-292, 2006.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus Editora, 1997.

GOLDFELD, Márcia. **Análise crítica das filosofias educacionais para surdos.** A Criança Surda–Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS-INES **Conheça o INES.** Disponível em: <https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 22/09/2020

JESUS, Jefferson Diego de. **Educação bilíngue para surdos: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva.** 2016. Dissertação de Mestrado. UFPR.

LACERDA, Lucelmo. **Análise da Nova Política Nacional de Educação Especial.** 21/10/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hRuWs58LY8w>. Acesso em: 03/11/ 2020

LOPES, Maura Corcini. **Surdez & educação**. Autêntica, 2017.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Revista Diálogos & Saberes**, v. 8, n. 1, 2012.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. Fundamentos da educação de surdos. **Florianópolis: UFSC**, 2006.

PORTAL EDUCAÇÃO **A História dos surdos**. s/d. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/fonoaudiologia/a-historia-dos-surdos/12144>. Acesso em: 12/08/2020

SILVEIRA, Bruno. Sinais de Educação. S/D. **Jornal Esquina do Laboratório do UniCeub**. Disponível em: <http://jornalesquina.blogspot.com/2016/11/sinais-de-educacao.html> Acesso em:..... [O Blog Esquina é um veículo laboratório do curso de Jornalismo do UniCEUB. O Blog é uma produção de alunos da disciplina Jornalismo Online do 6º semestre]

SKILIAR, Carlos. (Org.). **Atualidade da educação bilíngue para surdos: Processos e projetos pedagógicos**. 5 ed. Porto Alegre: Mediação. 2017

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Programa da disciplina do curso de Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. **Florianópolis: UFSC**, 2009. Disponível em: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf). Acesso em: 29/08/2020

STROBEL, Karin L. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://cultura-sorda.org/surdos-vestigios-culturais-nao-registrados-na-historia/>. Acesso em: 27/08/2020

TV ESCOLA. E-Notícias 21/08- **Escola Pública Bilíngue para surdos, em Taguatinga-DF, é referência no Brasil**. Youtub. 21/08/2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=BEHre2Tb\\_Es&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=BEHre2Tb_Es&feature=emb_logo). Acesso em: 18/10/2020

TV SUPREN. **Escola Bilíngue de Taguatinga é referência no ensino para surdos**. Youtub. 28/08/2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tCJ5ybltWTg>. Acesso em: 19/10/2020

## TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Lívia de Carvalho Santos, acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA, orientado pelo Prof. e M.Sc Eduardo de Andrade Gonçalves, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso: A importância da escola bilíngue para o desenvolvimento e a construção da identidade surda para criança na Educação Infantil, atende às normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_\_.

---

Assinatura da aluna concluinte